

ENTRE O GIZ E A PELE: ATUAÇÕES DA BRANQUITUDE NOS CONTEXTOS EDUCACIONAIS¹

AUTOR(ES)

Luana Carla Bernardo (UFES) - lcb3012@gmail.com

COAUTOR(ES)

Profa. Dra. Cleyde Rodrigues Amorim (UFES) - cleyde.amorim@ufes.br

Davi Barbosa de Jesus (UFES) - davibarbosajesuss@gmail.com

GT 06 - Práticas educativas no contexto das relações étnico-raciais. (ONLINE)

RESUMO

O presente trabalho utiliza diferentes abordagens do conceito de branquitude, como as propostas por Ruth Frankenberg (2004), Cida Bento (2002) e Lia Vainer Schucman (2020), a fim de refletir sobre como a operação dessa categoria racial afeta as dinâmicas educacionais. Com base nas hierarquias raciais consolidadas pelos estudos de raça, evidencia-se a necessidade de situar essa discussão no campo educacional, entendido como espaço central na formação de identidades e ideais das novas gerações. Adotou-se como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica de dez estudos (2008 a 2025) disponíveis nos repositórios da CAPES e da BDTD, que articulam os debates sobre branquitude, educação e formação docente. O marco conceitual foi a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), complementado pelos aportes teóricos de Nilma Lino Gomes (2005) e Kabengele Munanga (2004, 2015), referências no enfrentamento das desigualdades raciais no contexto escolar. Os resultados indicam a fragilidade da temática racial nos currículos de formação docente, ainda orientados por referenciais eurocentrados que reforçam a centralidade da branquitude. Observa-se, ainda, que docentes brancos/as, em sua maioria, não compreendem o racismo como estrutura que influencia as relações escolares, embora experiências formativas conduzidas por professoras brancas demonstrem avanços ao favorecer o autorreconhecimento e o engajamento na promoção da equidade racial.

PALAVRAS-CHAVE: branquitude; ERER; antirracismo.

Introdução

A branquitude, como temática de pesquisa, vem ganhando espaço no meio acadêmico, uma resposta aos intensos esforços analíticos dispostos por pesquisadoras/es como Alberto Guerreiro Ramos, Frantz Fanon, Ruth Frankenberg, Maria Aparecida da Silva Bento, Lourenço Cardoso e Lia Vainer Schucman. Essa sólida base teórica se desenvolveu a partir dos *critical whiteness studies* importados do contexto estadunidense, mas adquiriu características próprias ao se desenvolver diante das complexidades que envolvem a noção de raça no Brasil. A falácia da democracia racial refletiu em uma constituição da identidade branca que encontra dificuldades em assumir as desigualdades mantidas pelas assimetrias de raça, mas que mantém

¹ Trabalho apresentado no II Seminário Internacional Tecnologias Sociais, Inovação e Desenvolvimento Humano e no XVI Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras, realizados de 21 a 24 de outubro de 2025.

e usufrui dos privilégios decorrentes desse sistema. Conforme explica Schucman (2020), a branquitude chega a reconhecer a existência do racismo e como ele opera negativamente em relação à população negra. Entretanto, quando essas mesmas pessoas brancas são acionadas a refletir acerca de seus próprios preconceitos e vantagens sociais, o cenário muda. De acordo com a autora, mesmo com o autorreconhecimento da brancura de seus corpos, o entendimento do ativo papel da branquitude em manter suas vantagens não é algo aceito. Nesse sentido, discursos meritocráticos são acionados para justificar os díspares índices de acessos sociais permeados pela raça.

Quando deslocamos tais análises para o campo da educação, torna-se necessário questionar as influências da branquitude na prática docente, ou seja, refletir quais são os atravessamentos que a identidade branca produz no contexto educacional, principalmente no que se refere a contextos que tensionam as relações raciais. Assim, para que consigamos alcançar um panorama geral de como professoras e professores brancos/os lidam com sua brancura frente aos complexos cenários que envolvem raça, esse trabalho concentrou seus esforços em analisar dez estudos, entre 2008 e 2025, que relacionam branquitude, educação e formação docente. O objetivo é entender, e reunir, a partir das constatações já levantadas sobre a temática, as questões mais recorrentes, para que se possa evidenciar de que modo a branquitude se manifesta, se sustenta ou é tensionada nesses espaços.

Referencial Teórico

Desde a Antiguidade, diferentes sociedades construíram simbologias que associavam traços físicos ligados ao fenótipo branco a atributos positivos como pureza, divindade e superioridade. Essas interpretações não surgiram espontaneamente, mas foram historicamente elaboradas a partir de experiências traumáticas de conflito entre grupos fenotipicamente distintos, como os de pele clara e os de pele escura. Como explica Carlos Moore (2007), a simbologização dessas diferenças, um processo inconsciente e coletivo que reelabora medos antigos em mitos legitimadores, foi essencial para a criação de um imaginário racial em que brancos/as passaram a representar o modelo civilizatório desejável. Ao longo do tempo, essas narrativas foram ressignificadas por instituições como a religião, a ciência e a política, consolidando a branquitude como referência universal de humanidade.

Kabengele Munanga (2004) acrescenta que no contexto europeu moderno, esse imaginário foi aprofundado por discursos religiosos que atribuíram valor moral às diferenças raciais, como a

interpretação da maldição de Cam, e por teorias científicas que buscaram hierarquizar os seres humanos a partir de suas características físicas e culturais. Iluministas e cientistas dos séculos XVIII e XIX reforçaram a associação entre desenvolvimento intelectual e padrão europeu, classificando outras populações como inferiores. Tais ideias deram base a políticas como o branqueamento da população brasileira, as teorias eugênicas e o mito da democracia racial, todas sustentadas por noções de mérito e neutralidade que invisibilizam os privilégios históricos do grupo branco, como aponta Gislene Santos (2002). Assim, a crença na superioridade branca foi sendo naturalizada por meio de discursos que, mesmo disfarçados de racionalidade ou progresso, seguiram operando na organização das relações raciais até os dias atuais.

Antes mesmo da formulação do conceito de branquitude, Alberto Guerreiro Ramos (1995) já chamava atenção para o desequilíbrio das análises raciais no Brasil, que se concentravam exclusivamente na figura do negro como problema social. O autor denunciava o uso do branco como referência normativa, estética e moral, o que ele chamou de “ideologia da brancura”, um sistema simbólico que transforma o grupo branco em padrão universal. Para romper com essa lógica, Ramos propôs que o branco fosse tematizado como categoria racial.

Já Frantz Fanon (2020), em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, direcionou sua análise para os efeitos psicológicos do colonialismo, questionando a narrativa dominante que atribuía aos colonizados um suposto “complexo de dependência”. Em diálogo com Octave Mannoni, o autor argumenta que o sentimento de inferioridade do colonizado é produzido pela opressão e não por predisposições internas. Ele inverte a lente e propõe que o sujeito branco, o colonizador, também deve ser analisado, pois atua sob um “complexo de autoridade”, assumindo para si o papel de salvador. Segundo Fanon, essa autoimagem idealizada mascara a violência do projeto colonial e revela os mecanismos simbólicos pelos quais a branquitude mantém sua superioridade. Sua crítica inaugura um deslocamento teórico importante: para compreender o racismo, é preciso examinar também quem o perpetua e como se constitui o lugar social de quem detém os privilégios raciais.

Ainda no campo das importantes figuras para o campo, não podemos deixar de citar a socióloga britânica Ruth Frankenberg (2004), que fez parte do grupo de pesquisadores estadunidenses que potencializaram o debate em torno da racialidade branca a partir de 1990. Para a autora, a branquitude representa, simultaneamente, uma posição de privilégio nas sociedades marcadas

pelo racismo, um ponto de vista a partir do qual o mundo é interpretado, e um conjunto de práticas culturais geralmente não nomeadas ou tidas como normativas. Ela também ressalta que a categoria “branco” é relacional, construída historicamente e atravessada por outras formas de desigualdade, como classe e gênero, sem que isso anule seu poder racial. Por mais que seus significados variem conforme o tempo e o espaço, os efeitos da branquitude são concretos e impactam de forma material e discursiva as relações sociais (Frankenberg, 2004).

Essa concepção de branquitude auxilia na compreensão sobre como o privilégio racial se expressa não apenas nos discursos, mas também nas práticas institucionais. Nessa direção, destaca-se a contribuição de Bento (2002), ao evidenciar como tais dinâmicas operam no cotidiano organizacional por meio do que denomina pacto narcísico, “um pacto silencioso de apoio e fortalecimento aos iguais” (Bento, 2002, p. 105-106). A autora investigou esse fenômeno a partir de entrevistas com gestores/as de recursos humanos de duas prefeituras, analisando como as manifestações de racialidade apareciam em suas falas. Embora os/as entrevistados/as reconhecessem a existência de desigualdades raciais, evitavam associá-las diretamente ao racismo, preferindo explicações centradas em fatores socioeconômicos ou no passado escravista. Ao mesmo tempo, expressavam desconforto diante da ascensão de pessoas negras e resistência a ações afirmativas, vistas como injustas ou discriminatórias contra brancos, resultados bem parecidos com aqueles observados por Schucman (2020) mais de uma década depois. Essas percepções revelam como a desigualdade racial é naturalizada e, muitas vezes, atribuída aos próprios/as negros/as, enquanto o desejo de transformação estrutural é praticamente ausente. Quando tais posicionamentos se traduzem em decisões práticas, como seleção, promoção ou avaliação de funcionários/as, operam como mecanismos de reprodução do racismo institucional, expressando, na prática, os efeitos do pacto narcísico no cotidiano das organizações (Bento, 2002).

Os/as autores/as mencionados/as abordaram os efeitos da branquitude a partir de diferentes campos do conhecimento: Guerreiro Ramos e Ruth Frankenberg, na Sociologia e Frantz Fanon e Cida Bento, na Psicologia. Em comum, ambos/as evidenciaram que a branquitude não é uma condição neutra, mas uma construção histórica atravessada por privilégios que se naturalizam nas relações sociais, políticas e institucionais. Ao transferirmos essa discussão para o contexto educacional, torna-se evidente que a escola não está à margem dessas dinâmicas, ao contrário, frequentemente atua como espaço de reprodução e reforço dos valores associados à branquitude. A ausência de problematização dessa posição racial, tanto na formação de

professores quanto nas práticas escolares cotidianas, contribui para a manutenção de desigualdades e silenciamentos. Discutir a branquitude na educação, portanto, é essencial para compreender os mecanismos sutis que sustentam o racismo e para construir práticas pedagógicas verdadeiramente comprometidas com a justiça racial.

Procedimentos Metodológicos

A presente comunicação resulta de uma revisão bibliográfica que analisa como a branquitude tem sido abordada em pesquisas sobre educação e formação docente. O levantamento foi realizado nos repositórios da CAPES e da BDTD, com produções entre 2008 e 2025. Foram utilizados os descritores *branquitude* e *branquitude AND formação de professores*, restritos às áreas de Educação e Ciências Humanas. Após a leitura dos resumos de 53, dez estudos foram selecionados para compor o *corpus* desta análise. Nossas reflexões foram guiadas pelo referencial da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), fundamentada nos dispositivos legais que buscam promover novas formas de convivência entre os grupos étnico-raciais da sociedade brasileira. Entre esses marcos, destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), de 2004, que orientam o compromisso das instituições educativas com a equidade racial. As reflexões também dialogam com Nilma Lino Gomes (2005) e Kabengele Munanga (2015), cujas produções fortalecem uma educação comprometida com o enfrentamento das desigualdades raciais. A partir desse referencial teórico e político, procedemos com a análise das dez pesquisas, organizadas em três eixos: Eixo 1 – Branquitude e currículo; Eixo 2 – Percepções docentes e o desconhecimento da branquitude; Eixo 3 – Pesquisas autobiográficas e a desestabilização da branquitude.

Eixo 1 – Branquitude e currículo: tensões na implementação da ERER

O primeiro eixo reuni pesquisas que problematizam a presença, ou ausência, das relações étnico-raciais nos currículos escolares e de formação docente. As produções evidenciam que o enfrentamento da branquitude requer revisões curriculares e epistemológicas capazes de romper com a centralidade de uma visão embranquecida nas práticas educativas.

Apesar de reconhecerem que os marcos legais da ERER, como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, além das DCNERER, constituem importantes conquistas na luta contra o racismo no contexto escolar, as pesquisadoras pontuam que permanece o desafio de transformar tais normativas em práticas pedagógicas efetivas, uma vez que sua implementação ainda enfrenta

resistências. Nesse sentido, Débora Cristina Schmidt Evangelista (2022) chama atenção para o fato de que os currículos escolares continuam orientados por referenciais eurocentrados, o que reforça a centralidade da branquitude e limita a inserção crítica dos conteúdos previstos pela legislação.

Diante da fragilidade da temática racial nos currículos de formação docente, Maria Auxiliadora de Almeida Arruda, Reinaldo Gomes de Arruda e Maria Eduarda de Almeida Santos (2023), do Grupo de Pesquisa Estudos Críticos da Branquitude, elaboraram uma proposta pedagógica destinada a licenciandos em Biologia, na disciplina Metodologia do Ensino de Ciências. A iniciativa combinou leituras, debates e reflexões sobre raça, racismo e branquitude, promovendo uma formação inicial comprometida com os princípios da EREER.

Reconhecendo que o ensino de Artes Visuais ainda se apoia em repertórios brancos e eurocentrados, Lobna Essabaa e Luciana Gruppelli Loponte (2024) relatam uma experiência com estudantes de estágio em Artes Visuais e integrantes do grupo ArteVersa - Grupo de estudo e pesquisa em arte e docência. A proposta envolveu curadoria e mediação de uma exposição que articulou dimensões estéticas e identitárias, promovendo discussões sobre letramento racial, autodeclaração e branquitude. As autoras destacam que “o antirracismo, principalmente para pessoas brancas comprometidas, é um exercício constante” (Essabaa; Loponte, 2024, p. 15).

As produções de Wellington Oliveira dos Santos (2019) e Janaina Ribeiro Bueno Bastos (2021) analisam experiências formativas em EREER com turmas de Pedagogia e Biologia. Essas iniciativas se destacam por promoverem o diálogo e a reflexão coletiva sobre o conceito de branquitude e as dimensões do privilégio branco. Incluir a branquitude nas discussões possibilitou reconhecer o lugar ocupado por pessoas brancas nesse debate e favoreceu maior segurança para tratar do tema.

Em consonância com essas experiências formativas Nilma Lino Gomes (2005, p. 148-149) ressalta que é fundamental que educadores compreendam os conceitos de racismo, discriminação e preconceito, pois esse entendimento contribui para reconhecer as especificidades do racismo brasileiro e identificar manifestações racistas no cotidiano escolar. A autora enfatiza que tais discussões devem integrar a formação docente, articulando o estudo teórico à adoção de práticas concretas. Ela defende que os processos formativos favoreçam

vivências e estratégias voltadas à valorização da cultura negra e à eliminação de práticas racistas, destacando a importância do contato direto com comunidades negras e grupos culturais, pois o convívio e o diálogo promovem aprendizado, respeito e transformação de valores.

Eixo 2 - Percepções docentes e o desconhecimento da branquitude

Neste eixo reúnem-se estudos que investigam como professoras e professores brancos percebem, ou não, a influência da racialidade em suas práticas pedagógicas. As pesquisas de Monica Ferreira Costa (2023) e Maria Isabel Donnabella Orrico (2021) revelam que docentes brancos/as, em sua maioria, não compreendem o racismo como uma estrutura que influencia as relações escolares, nem reconhecem as implicações da branquitude nesse processo. Essa ausência de reflexão sobre o próprio pertencimento racial faz com que se percebam como sujeitos neutros ou universais, o que resulta em práticas pedagógicas pouco críticas. Quando abordam temas como escravidão e racismo, demonstram insegurança e recorrem a discursos igualitaristas como o de que “somos todos iguais” que reforçam o mito da democracia racial. Além disso, costumam atribuir a falta de discussões raciais à ausência de formação específica, eximindo-se da responsabilidade de problematizar a branquitude e suas implicações.

A dissertação de Tiago Soares Marques (2022), desenvolvida com docentes da área de História, revela que, embora exista uma percepção crítica sobre o predomínio de referências eurocêntricas na formação acadêmica, as práticas pedagógicas ainda reproduzem esse mesmo olhar. Um dos participantes, por exemplo, recusa a identificação como pessoa branca e considera que discutir branquitude enfraquece a luta antirracista. A pesquisa, portanto, evidencia que a superação do racismo nas instituições de ensino superior depende de um esforço formativo que enfrente a naturalização da branquitude e reveja os fundamentos epistemológicos que sustentam sua centralidade.

No artigo “Por que ensinar a história do negro e da África no Brasil de hoje?”, Kabengele Munanga (2015) resgata vários aspectos da história, especialmente a africana e a afro-brasileira, que foram distorcidos, falsificados, negados ou silenciados pela historiografia oficial, a qual operou em nome de um monoculturalismo eurocêntrico. Nesse sentido, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2000 tem função reparatória e corretiva no sistema educacional, essencial para reconhecer a humanidade, a diversidade e as contribuições dos povos africanos e da diáspora.

Eixo 3 – Pesquisas autobiográficas e a desestabilização da branquitude.

O terceiro eixo reúne investigações que recorrem à escrita autobiográfica, autoetnográfica e à autorreflexão de professoras brancas como caminhos de formação e de conscientização racial. As narrativas pessoais de Pamela Tavares (2023) e Daniela Campos (2023) deixam de ser simples relatos de experiência e se transformam em espaços de confronto com a branquitude, ao romperem o silêncio em torno da temática e evidenciarem o papel desse silêncio na manutenção dos privilégios raciais. Suas produções dialogam com as DCNERER, que afirmam:

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente (Brasil, 2004, p. 15)

Ao se colocarem como sujeitas em relação ao objeto de estudo, a branquitude, as autoras subvertem uma tradição acadêmica na qual pessoas brancas se dedicavam a investigar o *“problema do negro”*. Essa inversão de perspectiva amplia o debate e cria condições para que outras pessoas brancas também se reconheçam como participantes do enfrentamento ao racismo e da construção de uma educação comprometida com a equidade racial.

Conclusão

A análise realizada alcançou o objetivo de compreender como a branquitude tem se manifestado, se sustentado e, em alguns casos, sido tensionada nas pesquisas sobre educação e formação docente. Os resultados evidenciam que a temática racial ainda ocupa um espaço frágil nos currículos de formação, os quais permanecem orientados por referenciais eurocentrados que naturalizam a centralidade da branquitude e dificultam a implementação crítica da ERER. Verificou-se que docentes brancos, em sua maioria, não reconhecem o racismo como uma estrutura que organiza as relações escolares, tampouco se percebem implicados nos privilégios decorrentes de sua posição racial. A não problematização da identidade branca enquanto categoria racializada encobre as dinâmicas de poder e os privilégios que estruturam o campo educacional, desde a formulação dos currículos até as interações em sala de aula. Quando essas dinâmicas são expostas, torna-se possível compreender como a branquitude não apenas se beneficia, mas também sustenta práticas que marginalizam outras identidades raciais. Apesar disso, algumas experiências formativas se destacaram por promover o diálogo sobre a branquitude e suas implicações, criando condições para o autorreconhecimento racial e para práticas educativas mais comprometidas com a equidade. Tais iniciativas demonstram que o

enfrentamento ao racismo na educação exige, sobretudo, o engajamento crítico de pessoas brancas, capazes de reconhecer sua posição e atuar de forma ética e antirracista nos espaços de ensino e formação.

Referências

ARRUDA, Maria Auxiliadora de Almeida; ARRUDA, Reinaldo Gomes de; SANTOS, Maria Eduarda de Almeida. **Educação das relações étnico-raciais no ensino de Ciências Biológicas: uma pedagogia decolonial da branquitude**. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 16, n. 3, p. 470–498, 20 nov. 2023.

BASTOS, Janaína Ribeiro Bueno. **Na trama da branquitude mestiça: a formação de professores à luz do letramento racial e os meandros da branquitude brasileira**. 2021. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRASIL. **Parecer CNE/CP Nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional da Educação, [2004].

CAMPOS, Daniela Silva Costa. **Afetos da branquitude na formação de professores: por uma ética decolonizante**. 2023. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

COSTA, Mônica Ferreira. **Interferências da branquitude nas práticas pedagógicas: o que sabemos e fazemos sobre o tema?** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2023.

EVANGELISTA, Débora Cristina Schmidt. **“Passa batido, mas não despercebido”: o deslocamento da branquitude no contexto da educação antirracista**. 2022. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2022.

ESSABAA, Lobna; LOPONTE, Luciana Gruppelli. **Branquitude na docência em arte: decolonialidade e antirracismo**. Revista Digital do LAV, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307–338.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC/SEDAC, 2005. p. 143–154.

MARQUES, Tiago Soares. **Branquitude e formação de professores de história: narrativas e representações de docentes em universidades do Rio Grande do Sul**. 2022. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2022.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

ORRICO, Maria Isabel Donnabella. **Branquitude crítica dissimulada: desafios da educação para as relações étnico-raciais**. 2021. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2021.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, (1995 [1957]).

SANTOS, Gislene. **A invenção do ser negro**. São Paulo-Rio de Janeiro: EDUCPALLAS-FAPESP, 2002.

SANTOS, Wellington Oliveira. **Branquitude e negrofilia: o consumo do outro na educação para as relações étnico-raciais**. Perspectiva, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 939–957, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora Veneta, 2020.

TAVARES, Pamela Cristina. **Branquitude, racismo e antirracismo na educação: identidades e pertencimentos na rede pública de São Gonçalo**. 2023. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.